

Aberto inquérito contra Maria Helena

Pedido foi feito por Tuma Júnior e promotores, que se sentiram caluniados por vereadora

RENATO LOMBARDI

Os promotores Roberto Porto, José Carlos Blat e o delegado Romeu Tuma Júnior solicitaram ontem ao delegado Joaquim Dias Alves, do 1.º Distrito Policial, do centro, a abertura de inquérito contra a vereadora Maria Helena (PL) por calúnia, injúria, difamação e falsa comunicação de crime.

Os três, que fazem parte da força-tarefa, montada pelo Ministério Público e pela Polícia Civil, para investigar a máfia dos fiscais nas administrações regionais da Prefeitura, disseram que foram caluniados pela vereadora. O delegado acatou o pedido e abriu o inquérito.

Segundo Blat, a acusação da vereadora Maria Helena – de que ele, Porto e o delegado Tuma pediram R\$ 200 mil para que não autuá-la no artigo correto – “é gravíssima”.

“Ela vai responder em juízo por essa levandade.”

Os três estiveram, na manhã de ontem, no distrito policial que fica num casarão da Rua da Glória, na Liberdade, assinaram e entregaram a petição solicitando a instauração do inquérito.

No documento, de quatro páginas, com recortes de notícias publicadas nos jornais, os promotores e o delegado transcreveram trechos das declarações de Maria Helena e de seu advogado à imprensa. Fitos com gravações das entrevistas da vereadora a emissoras de rádio e televisão serão também anexadas ao inquérito.

A vereadora acusou os promotores e o delegado um dia depois de ser autuada em flagrante pelo porte ilegal de duas das oito armas apreendidas em sua casa, na zona norte da capital. O delegado Alves informou que, com a instauração do inquérito,

vai dar início à coleta de provas e deixar o interrogatório da vereadora por último.

Mandado – Blat explicou que a Justiça havia sido informada sobre a ida dos integrantes da força-tarefa à casa de Maria Helena e eles tinham mandado de busca e apreensão. O objetivo era apreender dinheiro prove-

niente de propina nas Regionais da Freguesia do Ó e Santana, subordinadas à vereadora. As indicações sobre o dinheiro foram dadas por duas ex-assessoras de Maria Hele-

na e do vereador Salim Curiati Junior (PPB).

Com a apreensão das armas, de munição de uso exclusivo das Forças Armadas e de dinheiro, R\$ 17 mil, “exatamente onde as testemunhas disseram que estava”, os promotores e o delegado optaram pela autuação da vereadora e apreensão do dinheiro.

O flagrante foi anulado pe-

lo juiz Ivo de Almeida, do Departamento de Inquéritos Policiais (Dipo). Ele entendeu que, por causa da municipalização, não cabia fiança.

Diante da forma como o flagrante foi feito, Almeida mandou devolver para a vereadora os R\$ 200,00 da fiança arbitrada, que permitiu sua liberação.

Assalto – Ontem, Blat contou que quando chegaram à casa de Maria Helena, os participantes da força-tarefa identificaram-se e pediram autorização para a busca. Maria Helena estava acompanhada de um advogado, expolicial civil, que trabalhou muito tempo na Corregedoria da Polícia Civil.

Blat informou ainda que para atrapalhar o trabalho dos promotores e da polícia, Maria Helena telefonou para o Centro de Operações da Polícia Militar (Copom) e disse que sua casa estava sendo assaltada. “Com a chegada dos PMs e de policiais civis, do Grupo de Operações Especial (GOE), chamados por Tuma, tudo ficou esclarecido”, contou Blat.

ENTREVISTAS
SERÃO
ANEXADAS A
PROCESSO